

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAXWELL PIVESSO MARTINS

CRESCIMENTO E INSTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS BALANÇOS
MACROECONÔMICOS DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA ENTRE 1950-1990

CURITIBA

2015

MAXWELL PIVESSO MARTINS

CRESCIMENTO E INSTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS BALANÇOS
MACROECONÔMICOS DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA ENTRE 1950-1990

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano A. Silva Dalto.

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MAXWELL PIVESSO MARTINS

CRESCIMENTO E INSTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS BALANÇOS MACROECONÔMICOS DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA ENTRE 1950-1990

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Angela Welters
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 04 de Novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maxwell Wagner Colombini Martins e Ana Maria Pivesso Martins, e minha irmã, Natalia Pivesso Martins, que me apoiaram em todos os momentos e que, de alguma forma, fizeram parte de todas as minhas conquistas e realizações pessoais e profissionais.

A todos os professores, especialmente meu orientador, professor doutor Fabiano Dalto, por me auxiliarem na minha formação profissional, mas acima de tudo no meu crescimento pessoal. Obrigado pelo tempo dedicado e pela honra e o privilégio em dividir uma sala com mestres e doutores muito competentes no que fazem.

E, por fim, aos meus amigos pelo apoio e aos inúmeros debates sobre economia, filosofia e perspectivas de vida.

RESUMO

O período compreendido entre o pós-guerra (1950) até o fim de 1980 (1990) apresentou para as economias latino-americanas momentos de bonança econômica, bem como períodos marcados pela turbulência no cenário internacional, devido às crises do petróleo e crise da dívida, e baixo crescimento econômico na região. O presente trabalho procura analisar as economias latino-americanas a partir do equilíbrio dos balanços financeiros de seus setores de modo a identificar os perfis de crescimento econômico adotados pelos países que caracterizam o período de análise. Tendo como ponto nodal o princípio da demanda efetiva formulado por Keynes e Kalecki, o trabalho aborda a construção dos balanços setoriais de uma perspectiva diferente, porém, compatível com o modelo de sistema de fluxos desenvolvido pelo instituto Levy. Os resultados obtidos nos permitiram concluir que: a) Argentina, Brasil, Chile e México possuíram durante todo o período um perfil de crescimento via consumo das famílias pelo endividamento; b) a Venezuela, por ser um país exportador de petróleo, conseguiu alterar por completo ou mesclar, o crescimento via consumo das famílias pelo crescimento via exportação.

Palavras-chave: América Latina; Balanços setoriais; Sistema de fluxo de fundos; e Princípio da demanda efetiva.

ABSTRACT

The period from the post-war (1950) until the end of 1980 (1990) presented, to the Latin American economies, times of economic prosperity as well as periods marked by turbulence on the international scene, due to the oil crisis and debt crisis, and low growth economic in the region. This study analyzes the Latin American economies from the balance in financial balance sheets of its sectors in order to identify the profiles of economic growth adopted by countries that characterize the period of analysis. Having as central point the principle of effective demand formulated by Keynes and Kalecki, the work focuses on the development of sectoral balances from a different perspective, however, compatible with the system flow-of-funds model developed by the Levy Institute. The results allowed us to conclude: a) Argentina, Brazil, Chile and Mexico possessed during the whole period a growth profile characterized by household consumption by debt; b) Venezuela, for being an exporter of oil, managed to completely change or merge their growth profile, between household consumption by debt and an export model.

Key Words: Latin America; Sectoral balances sheets; System flow-of-funds; and Principle of effective demand.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Modelo simplificado	13
Quadro 2: Esquema tri-departamental de Kalecki	14
Quadro 3: Caso genérico	15
Quadro 4: Matriz de Contabilidade Social do Modelo do Intituo Levy	18
Gráfico 1.1: Participação salarial na renda dos países.....	25
Tabela 1: Taxas de juros internacionais.....	26
Tabela 2: Exportações líquidas de bens e serviços	27
Gráfico 1.2: Balanços setoriais - Argentina	28
Gráfico 1.3: Balanços setoriais - Brasil.....	28
Gráfico 1.4: Balanços setoriais - Chile.....	29
Gráfico 1.5: Balanços setoriais - México	30
Tabela 3: Variáveis macroeconômicas: Argentina e Brasil.....	31
Tabela 4: Variáveis macroeconômicas: Chile e México	32
Gráfico 1.6: Balanços setoriais - Venezuela.....	33
Tabela 5: Variáveis macroeconômicas: Venezuela.....	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA	9
2.1. A NATUREZA DO CAPITALISMO.....	9
2.2. O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA	11
2.3. DEMANDA EFETIVA E A DETERMINAÇÃO DA RENDA	12
3. BALANÇOS SETORIAIS E OS PERFIS DE CRESCIMENTO.....	17
3.1. BALANÇOS SETORIAIS	17
3.2. TAXA DE CONTRIBUIÇÃO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO	21
3.3. OS PERFIS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO	22
4. ANÁLISE DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS	24
4.1. PAISAGEM ECONÔMICA	24
4.2. ARGENTINA, BRASIL, CHILE E MÉXICO	28
4.3. VENEZUELA.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

A economia capitalista caracteriza-se pela sua organização única de produção em unidades autônomas privadas que objetivam ao aumento de seu poder de comando por meio da acumulação de riqueza. Tendo como pano de fundo as teorias de Keynes e Kalecki, compreendemos a essência e a dinâmica dessas economias a partir do ponto nodal de suas teorias, a saber, o princípio da demanda efetiva, sendo este a âncora da teoria econômica utilizada para nossa análise.

A partir deste princípio, os lucros objetivados por determinado setor da economia são definidos como resultados de decisões unilaterais de gastos por parte dos três setores que compõem a sociedade (o setor privado, o setor público e o setor externo), e sua acumulação de riqueza necessariamente dependerá de uma diminuição na riqueza dos outros setores.

O presente trabalho busca analisar a interação destes setores que compõem a economia nos países da América Latina, e identificar os perfis de crescimento que caracterizaram estas economias no período compreendido entre as décadas de 50 até o fim de 80 (1990).

Para atingirmos este objetivo, o trabalho está dividido em três partes, a partir de uma exposição gradual dos conceitos e das ferramentas para a análise.

O primeiro capítulo contempla a apresentação da dinâmica das economias capitalistas, de suas características de produção de riqueza e coordenação. O princípio da demanda efetiva é apresentado como uma decorrência dessas características nessas economias capitalistas.

No segundo capítulo é abordado – a partir da definição da renda pelo princípio da demanda efetiva e do modelo desenvolvido pelo instituto Levy – a determinação dos balanços financeiros dos setores da economia, assim como a interação entre os balanços no processo de acumulação de riqueza da economia.

O terceiro capítulo se concentra na análise dos países selecionados, a partir dos dados macroeconômicos obtidos e calculados, definindo seus perfis de crescimento e analisando a interação dos balanços setoriais para que determinado perfil ocorra.

Segue, por fim, as considerações finais do trabalho, e as referências.

2. O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA

Discutiremos no item 2.1, as características do capitalismo, enquanto economias mercantis, destacando os aspectos que envolvem a produção de riqueza e sua alocação na sociedade. No item 2.2, o princípio da demanda efetiva é apresentado como uma decorrência da existência de uma economia mercantil. No item 2.3, o tema recai sobre a determinação dos fluxos de renda da sociedade a partir do princípio.

2.1. A Natureza do Capitalismo

Dentre os elementos da atividade econômica, três se destacam para Silva (1994), são eles: o trabalho, a riqueza e a coordenação. Podemos a partir da atividade trabalho, nos apropriar dos recursos naturais, ou não naturais, empregando-os como meios de produção na geração de bens e serviços que consideramos necessários à nossa existência. Bens e serviços caracterizados como um determinado tipo de riqueza, riqueza nova ou reprodutível, gerada pelas atividades produtivas das sociedades capitalistas. Há outros tipos de riquezas, como a riqueza não reprodutível, de onde os homens podem extrair recursos através do trabalho; ou a riqueza financeira (como, por exemplo, ações ou cadernetas de poupança).

Dentro da produção de riqueza os homens se especializam em atividades distintas, devido aos vários tipos de trabalho existentes, o que permite a divisão social do trabalho. Contudo, conforme ocorre o aprofundamento da divisão social do trabalho – sua especialização em determinado tipo de trabalho – aumenta-se o grau de dependência entre os produtores. Neste caso, é necessária a coordenação das atividades produtivas de forma a que a produção de riqueza corresponda às necessidades sociais (SILVA, 1994).

A sociedade, por meio de suas instituições econômicas (às relações sociais e as normas que regulam as atividades econômicas), coordena as decisões dos agentes. Como Silva (1994) ressalta, “[...] a existência de algum modo de

coordenação é simplesmente uma condição necessária à existência e à reprodução da sociedade ao longo do tempo” (SILVA, 1994, cap. 1, p. 2). E continua:

O conceito de coordenação não implica que esta se dê de modo consciente ou planejado, como tampouco implica que a distribuição de riqueza seja ‘justa’ ou, ainda, que a atividade econômica seja ‘eficiente’, evitando o desperdício de recursos naturais e humanos (SILVA, 1994, cap. 1, p. 2).

Nas economias capitalistas, os elementos das atividades econômicas são representados pela mercadoria, como riqueza nova; pelo mercado, como a instituição em que se obtém a coordenação; e pelo trabalho, como atividade privada. Devido à produção ser uma atividade privada – predomínio da propriedade privada dos meios de produção – os agentes econômicos tem autonomia para decidirem o quê, quanto e como produzirem suas mercadorias.

Embora a atividade produtiva se destine em última instância a possibilidade de acesso a outros bens e serviços, sua organização obedece a motivos mais imediatos (CARVALHO, 1989). Ao agente produtor não há nenhuma utilidade em suas próprias mercadorias, a não ser aumentar seu poder de comando sobre a riqueza social. Isto significa, nas palavras de Carvalho (1989), que “a firma busca a riqueza em sua forma mais geral, riqueza enquanto tal, o que é obtido em sua forma monetária” (CARVALHO, 1989, p. 182), ou seja, o dinheiro. “A firma lida todo o tempo com somas de dinheiro. Ela não tem qualquer objetivo no mundo senão terminar com mais dinheiro do que começou. Esta é a característica de uma economia empresarial” (KEYNES, 1979:XXIX, p. 89, *apud* CARVALHO, 1989, p. 182-183). Temos portanto que a finalidade de toda atividade produtiva é ao fim de seu processo adquirir uma quantidade maior, do que apresentada no início, de dinheiro. Neste caso, “a firma aplica dinheiro para obter mais dinheiro” (CARVALHO, 1989, p. 183).

Cada mercado, como explicita Silva (1994), é constituído por ofertantes e demandantes de uma mesma coisa. Os ofertantes detém a mercadoria à venda, e os demandantes detém o dinheiro disponível ao gasto. Dentro do mercado ocorrem relações de concorrência entre ofertantes e demandantes, entre ofertantes e entre demandantes. “Os demandantes concorrem uns com os outros pela melhor oferta; concorrem com os ofertantes ao barganharem melhores condições de compra; os ofertantes uns com os outros na tentativa de atrair os demandantes” (SILVA, 1994, cap. 1, p. 4). Assim que um ofertante e um demandante chegam a um acordo de

compra e venda, produz-se uma relação mercantil e monetária entre as partes. A relação mercantil estabelecida encontra-se na troca de riquezas entre os agentes, e a relação monetária está no fato da conversão de riqueza nova por dinheiro.

Portanto, a economia capitalista é constituída por unidades autônomas de produção, especializadas em determinado tipo de riquezas novas destinadas – como fim último – ao consumo por meio da venda, mas subordinadas ao fim imediato em fazer mais dinheiro.

2.2. O Princípio da Demanda Efetiva

Os produtores podem decidir o tipo de mercadoria a ser produzida, sua quantidade ou o método de produção, porém eles não podem decidir as condições estabelecidas na venda de suas mercadorias, o quanto, quando e em que condições irão receber. Apenas atingiriam seus objetivos, da produção com o intuito de se adquirir riqueza genérica ou dinheiro, ao se estabelecer uma relação mercantil com um demandante de sua mercadoria.

Neste caso, a receita do produtor estará subordinada unicamente pela decisão unilateral de dispêndio por parte do possuidor de riqueza genérica. Ou seja, a efetivação da demanda depende da decisão do agente em gerar uma relação mercantil, que implica em gasto de dinheiro por parte do demandante (SILVA, 1994).

“A percepção de que o princípio da demanda efetiva é mesmo um ‘princípio’, obrigatoriamente anterior à formulação de teorias macroeconômicas, tanto por sua generalidade [...] quanto por sua essencialidade [...]” (POSSAS, 2001, p. 101) esteve presente em Keynes (1985, cap. 3) e em Kalecki (1997, cap. 3).

O PDE¹ é apresentado por Keynes (1985) por meio do problema da ótica do empresário, em que determinada situação técnica, de recursos e de custos, o emprego de um determinado volume de mão-de-obra implica em dois tipos de gastos pelo empresário: custo de fatores do emprego, montantes pagos aos fatores de produção; e custo de uso do emprego, montantes pagos pelo uso dos fatores na produção ou a taxa de sacrifício ao se obter tal nível de produção. O lucro é a

¹ Sigla para Princípio da Demanda Efetiva.

diferença entre o valor bruto da produção final e a soma de seus respectivos custos. Assim, como o capitalista sempre procura obter mais dinheiro do que originalmente foi dispendido em seu processo produtivo, o lucro do empresário é definido como “a quantia que ele procura elevar ao máximo quando está decidindo qual o volume de emprego que deve oferecer” (KEYNES, 1985, p. 29). O lucro é dependente de uma expectativa de receita futura desejada pelo capitalista e tal expectativa, como Keynes (1985) mostra, provém de uma determinada propensão a consumir da sociedade, do montante de novos investimentos e da função de oferta agregada, onde dessa maneira conseguimos atingir um determinado volume de emprego no qual haverá uma interseção entre a função de demanda agregada e a função de oferta agregada e, portanto, um equilíbrio estável no sistema econômico (KEYNES, 1985; POSSAS, 1987).

A formulação de Kalecki (1997) sobre o PDE ocorre a partir de sua análise da determinação dos lucros dos capitalistas (POSSAS, 1987) no sistema econômico, frente à igualdade contábil entre os lucros e o gasto capitalista em investimento e consumo. Concluimos a partir de sua análise que a relação ocorre do gasto para o rendimento, não há como um agente decidir quanto quer obter de renda, pois a renda é derivada da decisão de gasto de outros indivíduos. Assim ele pode ter uma decisão autônoma somente sobre o seu gasto (KALECKI, 1997).

Deste modo o PDE:

[...] sustenta que o nível de renda e emprego da comunidade é determinado pelas decisões de gastos dos capitalistas, as quais (dado o estoque de equipamento) são tomadas a partir de avaliações efetuadas isoladamente por cada empresário sobre as quantidades que antecipam vender a um determinado preço (de oferta). O conjunto das decisões de gasto determina em cada momento qual será o nível de renda da comunidade (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 65).

Portanto, o gasto capitalista em bens de consumo e de investimento no período presente será a renda da comunidade do período futuro.

2.3. Demanda Efetiva e a Determinação da Renda

Sabemos que a decisão de gastar, por parte de um agente, determina o ato de receber, por parte de outro – esta é a essência do princípio da demanda efetiva –

contudo, devemos agora exemplificar como chegaremos às equações macroeconômicas básicas, a partir de relações contábeis acrescidas de uma determinação do dispêndio aos rendimentos.

Iniciaremos nossa análise pelo modelo simplificado de Kalecki (1997), em que se trata de uma economia fechada, no qual tanto os gastos do governo quanto sua arrecadação sejam desprezíveis (podemos aqui considerar o modelo como sendo, normalmente chamado pelos economistas, de uma economia fechada e sem governo). O Quadro 1, contém as rubricas de receita e gasto que compõem esta economia, temos de um lado toda a receita recebida pela sociedade – a saber, lucros brutos e salários e ordenados – do outro todo o dispêndio realizado pelos mesmos – a saber, investimento bruto, consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores.

Quadro 1: Modelo simplificado

Receita	Gasto
Lucros brutos	Investimento bruto
Salários e ordenados	Consumo dos capitalistas
	Consumo dos trabalhadores
Renda Nacional Bruta	Dispêndio Nacional Bruto

Fonte: Kalecki (1997, p. 65).

O PDE nos diz que todo o gasto gera um fluxo de igual valor como receita, portanto renda nacional e dispêndio nacional são equivalentes. Se adotarmos os pressupostos de que os trabalhadores não realizam poupança e que sua propensão a consumir seja igual a 1 – ou seja, que consomem toda a sua renda, ou nesse caso sua riqueza – podemos concluir que os lucros brutos são equivalentes, e determinados, pelo somatório do gasto em investimento bruto e consumo dos capitalistas. Dessa maneira, vemos que a decisão de gasto dos capitalistas determinam seus lucros.

Outro método, também utilizado por Kalecki (1997) – chegando ao mesmo resultado – foi analisar a economia a partir dos esquemas de reprodução marxistas, subdividindo a economia em três departamentos: o Departamento I, que produz bens de capital; o Departamento II, que produz bens de consumo para os

capitalistas; e o Departamento III, que produz bens de consumo para os trabalhadores.

O Quadro 2 exemplifica o esquema que ficou conhecido como o esquema tri-departamental de Kalecki.

Quadro 2: Esquema tri-departamental de Kalecki²

	D I	D II	D III	TOTAL
Salários	W_1	W_2	W_3	W
Lucros	L_1	L_2	L_3	L
Produto	I	C_k	C_w	Y

Fonte: Kalecki (1997, p. 66-67).

A partir do pressuposto de que os trabalhadores irão consumir toda a sua renda em mercadorias produzidas pelo Departamento III, e sabendo que o valor da produção é equivalente ao somatório de lucros e salários do respectivo departamento, derivamos daí que o montante total dos salários pagos aos trabalhadores envolvidos na produção para o mercado intercapitalista (Departamento I e Departamento II) é idêntico ao excedente de bens de consumo para trabalhadores produzido no Departamento III, uma vez que W_3 é inteiramente convertido em bens de consumo e resolvido neste mesmo mercado, ou seja:

$$L_3 = W_1 + W_2 = C_w - W_3 \quad 1.1$$

Como consequência, o autor mostra que o lucro total é determinado apenas no mercado intercapitalista — “os capitalistas ganham o que gastam” — através de:

$$L = L_1 + L_2 + L_3 = I + C_k \quad 1.2$$

Ainda no modelo simplificado, podemos definir a renda agregada a partir dos componentes tanto do Quadro 1 quanto do Quadro 2, como:

$$W + L = Y = I + C_k + C_w \quad 1.3$$

A equação (1.3) nos apresenta a igualdade contábil entre gasto e receita em um modelo simplificado, devemos agora desenvolvê-la para o caso genérico,

² Salário (W), Lucro (L), Produto (Y), Consumo dos capitalistas (C_k), Consumo dos trabalhadores (C_w) e Investimento (I).

segundo Kalecki (1997), para uma economia com governo e aberta. Para isso, devemos acrescentar do lado do dispêndio as rubricas de gasto do governo e saldo da balança comercial, e do lado da receita, deduzirmos os impostos diretos das rubricas já existentes e acrescentarmos os impostos (diretos e indiretos), como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Caso genérico

Receita	Gasto
Lucros brutos (deduzidos impostos diretos)	Consumo dos trabalhadores
Salários e ordenados (deduzidos impostos diretos)	Consumo dos capitalistas
Impostos (diretos e indiretos)	Investimento bruto
	Gasto do governo em bens e serviços
	Saldo da balança comercial (exportações menos importações)
Renda Nacional Bruta	Dispêndio Nacional Bruto

Fonte: Kalecki (1997, p. 68-69).

Dessa maneira obtemos a seguinte relação contábil,

$$W + L + T = Y = I + C_k + C_w + G + (X - M) \quad 1.4$$

em que, como é usual, Y é a renda agregada, L são os lucros brutos, W são os salários, T são os impostos, I é o investimento bruto, C_k é o consumo dos capitalistas, C_w é o consumo dos trabalhadores, G é o gasto do governo, e $(X - M)$ é o saldo da balança comercial – com X sendo exportações e M as importações.

Parte dos impostos arrecadados não financiam os gastos do governo, mas são repassados ao setor privado (capitalistas e trabalhadores) na forma de gastos sociais, como subsídios, seguro desemprego, juros da dívida e etc. Podemos definir duas categorias dessas transferências, sendo uma a parcela paga em forma de juros da dívida pública (J), e uma segunda categoria com as demais transferências do governo ao setor privado (T_g) (SILVA, 1994).

Se subtrairmos a arrecadação líquida do governo ($T - T_g - J$), dos dois lados da equação (1.4), obteremos:

$$W + L + T_g + J = I + C_k + C_w + (G - T + T_G + J) + (X - M) \quad 1.5$$

Se adotarmos a hipótese de que todas as demais transferências do governo ao setor privado são incorporadas pelos trabalhadores, e que estes gastam toda a sua renda, rearranjando a equação temos que os lucros são determinados por,

$$L = I + C_k + (G - T + T_g) + (X - M) \quad 1.6$$

onde o componente $(G - T + T_g)$ corresponde ao déficit primário do governo.

Desta maneira Kalecki (1997) conclui que:

A existência de um saldo positivo na balança comercial significa um aumento do valor devido pelos países estrangeiros ao país considerado. A existência de um déficit orçamentário significa um aumento do valor devido pelo setor público ao setor privado da economia. Esses dois excedentes da receita sobre as despesas geram lucros da mesma forma (KALECKI, 1997, p. 72).

A partir do PDE, vimos que para a ocorrência de lucros, é necessário haver um déficit em contrapartida, neste caso, como podemos dividir a economia em setores (privado, público e externo), para que determinado setor apresente superávits, ou seja, acumulação de riqueza ou lucros, necessariamente deverá haver outro setor (ou setores) com déficits, ou seja, consumo da riqueza. Este argumento será mais bem desenvolvido no capítulo seguinte.

3. BALANÇOS SETORIAIS E OS PERFIS DE CRESCIMENTO

Discutiremos no item 3.1, o método de análise da economia por meio dos balanços setoriais, destacando sua similaridade com os modelos desenvolvidos de fluxo de fundos, chegando por fim nos setores que compõem a economia. No item 3.2, apresentaremos o índice de contribuição ao crescimento econômico e qual sua finalidade para a análise da economia. No item 3.3, abordaremos – a partir da perspectiva das contas nacionais – quais os perfis que as nações podem utilizar para crescerem (por exemplo, crescimento via exportações, gasto público, etc.), listando as possibilidades e os índices a serem avaliados para assim, identificarmos o perfil de crescimento adotado.

3.1. Balanços Setoriais

Antes de apresentarmos a construção dos balanços setoriais para análise da economia, devemos diferenciar os conceitos de estoques e fluxos³. Em uma economia monetária, fluxos de gastos são medidos em moeda nacional, ou sua equivalente, gasta durante um período que envolveu transações entre setores da economia, que possuíam em contrapartida estoques.

Podemos compreender estoque como algo acumulado durante o tempo por entradas e saídas de fluxos. Os estoques só podem ser alterados via fluxos. Os fluxos alteram o estoque durante o tempo e possuem dois vetores – entrada e saída – e são medidos durante certo intervalo de tempo, como por exemplo, renda ou lucros obtidos. Portanto, estoque se refere ao valor de um ativo em uma determinada data, enquanto fluxo se refere ao valor total de transações durante um período contábil.

Existem dois tipos de estruturas para considerarmos a atividade econômica nacional, sendo elas a estrutura das contas nacionais e o chamado sistema de fluxo de fundos⁴.

³ Em inglês *stock and flows*.

⁴ Em inglês *flow-of-funds accounts*.

Para Ritter (1963) podemos definir o sistema de fluxos de fundos como:

[...] um sistema de contabilidade social o qual (a) a economia é dividida em números de setores e (b) uma “demonstração de fontes e usos dos fundos” é considerada para cada setor. Quando todas estas demonstrações de fontes e usos destes setores forem colocadas lado a lado, obteremos (c) uma matriz de fluxo de fundos para a economia como um todo. Este é o resumo e substância da matéria (RITTER, 1963, p. 220)⁵.

O modelo macroeconômico do instituto Levy, como explicita Zezza (2009), construído nos anos 90, adota uma matriz de contabilidade social (SAM⁶) ao estilo de sistema de fluxos de fundos, onde pagamentos monetários são registrados nas colunas e as entradas nas linhas, e dividido entre os setores da economia – não havendo uma distinção do setor das famílias com o setor corporativo dentro do setor privado nacional. A construção do modelo é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4: Matriz de Contabilidade Social do Modelo do Instituto Levy

	Produção	Setor Privado	Governo	Resto do Mundo	Conta Capital	Total
1. Produção		Gasto privado	Gasto público	Exportação		Demanda agregada
2. Setor Privado	Salários e lucros		Transf. do governo ao setor p.	Pags. de rendimentos líq.		Renda do setor privado
3. Governo	Impostos indiretos	Impostos diretos				Receita do governo
4. Resto do Mundo	Importação	Transf. privadas ao RdM	Transf. do governo ao RdM			Pags. ao RdM
5. Conta Capital		Aquisição líq. de ativos financeiros	Superávit orçamentário	-Balança de Pagamentos		0
Total	Valor da produção	Renda do setor privado	Gastos do governo	Receitas do RdM	0	

Fonte: Zezza (2009, p. 11).

⁵ Tradução livre do autor para “[...] a system of social accounting in which (a) the economy is divided into a number of sectors and (b) a “sources- and-uses-of-funds statement” is constructed for each sector. When all these sector sources-and-uses-of-funds statements are placed side by side, we obtain (c) the flow-of-funds matrix for the economy as a whole. That is the sum and substance of the matter.”

⁶ Sigla em inglês para *Social Accounting Matrix*.

Cada valor de coluna é igual ao seu correspondente valor de linha. Para a primeira coluna e linha temos que o valor da demanda agregada é igual ao valor da produção. Nas outras colunas, a identidade é definida pela poupança (item 5) como a diferença entre receita e gastos (ZEZZA, 2009)⁷.

Deste modo, quando a demanda agregada é igual ao valor da produção, o total de poupança de todos os setores será zero, como mostra a equação (2.1):

$$NAFA - GD - BP = 0 \quad 2.1$$

onde $NAFA$ é a aquisição líquida de ativos financeiros, GD é o déficit governamental, e BP sendo o saldo de transações correntes do balanço de pagamentos.

A matriz do sistema de fluxo de fundos nos permite traçar os usos e fontes dos fundos de cada setor, podemos obter o mesmo resultado pela abordagem similar dos balanços setoriais pela perspectiva das contas nacionais.

Utilizando a ótica da renda para definirmos os componentes da parte de fontes e a ótica do dispêndio para os componentes da parte dos usos, obteremos a equação (1.4) já apresentada (Ver Quadro 3) quando estávamos discutindo o caso genérico apresentado por Kalecki (1997):

$$W + L + T = Y = I + C_k + C_w + G + (X - M) \quad 2.2$$

Se deduzirmos os tributos de ambos os lados e rearranjarmos a equação, teremos:

$$(W - C_w) + (L - C_k - I) - (G - T) - (X - M) = 0 \quad 2.3$$

Como $(X - M)$ corresponde ao valor do saldo de transações correntes do BP (STC) e que $(G - T)$ é o déficit governamental (GD), temos que,

$$(W - C_w) + (L - C_k - I) - GD - STC = 0 \quad 2.4$$

Com isso chegamos, na equação (2.4), no mesmo resultado apresentado pela equação (2.1), do sistema de fluxo de fundos, sendo $NAFA$ equivalente a:

$$NAFA = (W - C_w) + (L - C_k - I) \quad 2.5$$

Das contas do balanço de pagamentos (BP), temos que,

$$BP = STC + MK = 0 \therefore MK = -STC \quad 2.6$$

⁷ Podemos verificar uma construção similar em *European Central Bank* (2011).

sendo MK a conta capital do balanço de pagamentos e STC a conta de transações correntes.

Temos também que a poupança do setor privado é a diferença entre o somatório de sua renda com o somatório de seu consumo, assim dizemos que,

$$S = W + L - C_w - C_k \quad 2.7$$

Inserindo as equações (2.6) e (2.7) na equação (2.4) e sabendo que,

$$-GD = GS \quad 2.8$$

obtemos,

$$(S - I) + GS + MK = 0 \quad 2.9$$

A equação (2.9) é chamada de balanços setoriais vistos pelas contas nacionais. Os balanços derivados dela são:

- O balanço do setor privado $(S - I)$ é positivo (superávit) se o setor privado estiver gastando menos do que seu ganho; e negativo (déficit) se estiver gastando mais do que seu ganho.
- O balanço do setor público GS , representado aqui como seu superávit orçamentário $(T - G)$, é positivo (superávit) se o governo não está adicionando tanto os gastos para compensar os impostos que são retirados da economia; e negativo (déficit) se estiver gastando mais do que ele está retirando da economia em forma de tributação.
- O balanço do setor externo MK é negativo (superávit) se a nação estiver gerando mais receitas de exportação do que despesas de importação; e positivo (déficit) se estiver gerando mais despesas de importação do que seu fluxo de entrada de receitas via exportação.
- Podemos também chamar os termos, $(W - C_w)$ como sendo o balanço do setor das famílias e $(L - C_k - I)$ como o balanço do setor corporativo, seguindo a mesma lógica de análise do balanço do setor privado.

Percebemos que para um setor apresentar superávit em seu balanço necessariamente outro setor (ou setores) deverá apresentar um déficit de modo que mantenha a igualdade definida pela equação. Assim, a ocorrência de acumulação de riqueza de um setor, depende do gasto de riqueza – em contrapartida – de outro setor, como vimos no item 2.3.

3.2. Taxa de Contribuição ao Crescimento Econômico

A taxa de contribuição ao crescimento econômico é um índice de encadeamento anual de metodologia aditiva que permite a compreensão pelo usuário da importância relativa dos componentes individuais do PIB⁸ para o crescimento global do mesmo, assim como suas variações – dos componentes – relativas durante o tempo. Este método de cálculo é recomendado pela ABS (*Australian Bureau of Statistics*), IMF (*International Monetary Found*) e pela OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*). Ele é utilizado para estimar o crescimento econômico e ajudar na determinação da efetividade de política econômica, assim como permitir uma comparação entre países (TUKE e REED, 2001).

Como demonstrado por Robjohns (2006) e por Tuke e Reed (2001), seu resultado é obtido através da multiplicação do cálculo do crescimento anual a preços constantes de determinado setor pelo cálculo do peso a preços correntes que este setor representou na economia como um todo no período anterior.

Assim temos que, o crescimento anual (tcY) a preços constantes é calculado como,

$$tcY = \frac{p_{i,0}q_{i,t}}{p_{i,0}q_{i,t-1}} - 1 \quad 3.1$$

onde 0 representa o preço base, i representa o setor escolhido e t o período a ser calculado.

Como segundo passo, calculamos o peso do setor sobre a economia como um todo (tpY).

$$tpY = \frac{p_{i,t-1}q_{i,t-1}}{p_{t-1}q_{t-1}} \quad 3.2$$

Por fim, para obter o valor da taxa de contribuição (C), multiplicamos os valores previamente calculados.

$$C = tpY * tcY \quad 3.3$$

$$C = \left(\frac{p_{i,t-1}q_{i,t-1}}{p_{t-1}q_{t-1}} \right) * \left(\frac{p_{i,0}q_{i,t}}{p_{i,0}q_{i,t-1}} - 1 \right) \quad 3.4$$

⁸ Sigla para Produto Interno Bruto

$$C = \left(\frac{p_{i,t-1}q_{i,t}}{p_{t-1}q_{t-1}} \right) - \left(\frac{p_{i,t-1}q_{i,t-1}}{p_{t-1}q_{t-1}} \right) \quad 3.5$$

Uma taxa de contribuição positiva significa que determinado setor contribuiu positivamente ao crescimento econômico, ao contrário, uma taxa negativa significa que o setor contribuiu negativamente ao crescimento econômico.

3.3. Os Perfis de Crescimento Econômico

Sabemos que o objetivo final do capitalista na produção é adquirir uma quantidade maior de dinheiro, mediante seus lucros, de modo que aumente seu estoque de riqueza. Para atingir esse objetivo o capitalista deverá dispendir uma quantidade maior de dinheiro do que foi ganho no período anterior⁹, pois caso ele gaste o montante idêntico ao seu lucro, obterá no próximo período um montante de valor idêntico. Ampliando a ideia ao modelo genérico de Kacleki (1997)¹⁰, o capitalista pode, caso queira, gastar menos do que o lucro do período passado, porém isso significa que, para terminar com um lucro maior, o setor público, o setor externo, ou ambos, deverão estar em déficits.

No Quadro 3, definimos todos os fatores da determinação do produto da sociedade, sendo representado por:

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad 4.1$$

Um aumento em qualquer um dos fatores positivos da equação, *ceteris paribus*, incorrerá em um aumento do produto desta economia, assim como uma diminuição dos fatores negativos, e vice-versa. Contudo, a variação de cada fator é resultado de diferentes estratégias de crescimento adotada pela nação.

O consumo privado (C) – ou seja, os gastos das famílias na aquisição de bens e serviços – é o nosso primeiro fator de análise. Seu aumento ocorre a partir de dois fatores que independem entre si: aumento da participação salarial na renda da economia ou com o endividamento das famílias. Independente do fator que causou seu aumento, quando a economia apresenta o setor das famílias deficitário

⁹ Ver a explicação do modelo simplificado de Kalecki (1997), Quadro 1 pg. 13.

¹⁰ Ver Quadro 3, pg. 15.

com uma forte taxa de contribuição ao crescimento do consumo privado, podemos dizer que o perfil de crescimento é via consumo das famílias.

Os investimentos privados (I), ou expansão de capital, aumentam mediante expectativas de cenários criados pelos empresários, caso os empresários se sentem confiantes em seus argumentos quanto à atividade econômica futura, o investimento irá ocorrer, caso contrário, não. Com um setor corporativo deficitário e fortes taxas de contribuição ao crescimento do investimento privado, dizemos que o perfil de crescimento é via investimentos.

Os gastos públicos (G) impactam positivamente sobre o crescimento econômico, quando o setor público é deficitário, significa que ele está inserindo renda na economia mais do que retirando mediante seus tributos. Aliado a uma forte taxa de contribuição do consumo do governo, dizemos que o crescimento é via gasto público.

Por fim, quando as exportações (X) superam as importações (M), o saldo da balança comercial ($X - M$) fica positivo, por outro lado, quando um país exporta menos do que importa, o saldo se torna negativo. Quanto maiores exportações, mais renda entra no país, portanto, quanto maior o saldo da balança, maior será o aumento na renda causado por este fator. Quando o setor externo está deficitário¹¹, ou seja, sua balança comercial é superavitária, apresentando taxas de contribuições estáveis na demanda doméstica, e forte contribuição da balança comercial, o perfil de crescimento é via exportações.

¹¹ Em nossa análise consideramos o balanço do setor externo como o valor da conta capital do balanço de pagamentos do país. Ver item 3.1.

4. ANÁLISE DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Com o ferramental desenvolvido na seção anterior, iremos analisar países selecionados da América Latina durante o período do pós-guerra (anos 50) até o fim da década de 80 (1990). Os países selecionados foram a Argentina, o Brasil, o Chile, o México e a Venezuela, devido as suas influências políticas e econômicas na região. Optamos em fazer uma análise conjunta dos 4 primeiros países devido as suas semelhanças apresentadas nos perfis de crescimento. À Venezuela será analisada separadamente, pois identificamos uma divergência de seus padrões com os demais. Também veremos como os setores das economias se ajustaram, mediante as mudanças nos cenários econômicos que caracterizaram o período de análise.

Os gráficos 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 apresentam os balanços setoriais ao longo do tempo, o gráfico 1.1 apresenta a participação salarial dos países no tempo, a tabela 1 traz os valores das taxas de juros internacionais para o período de 1974 até 1984, a tabela 2 apresenta os valores médios do saldo líquido das exportações em relação ao PIB dos países para o período de 1970 até 1989, e as tabelas 3, 4 e 5 contém os valores médios das variáveis macroeconômicas a serem utilizadas em nossa análise, separado pelas décadas.

4.1. Paisagem Econômica

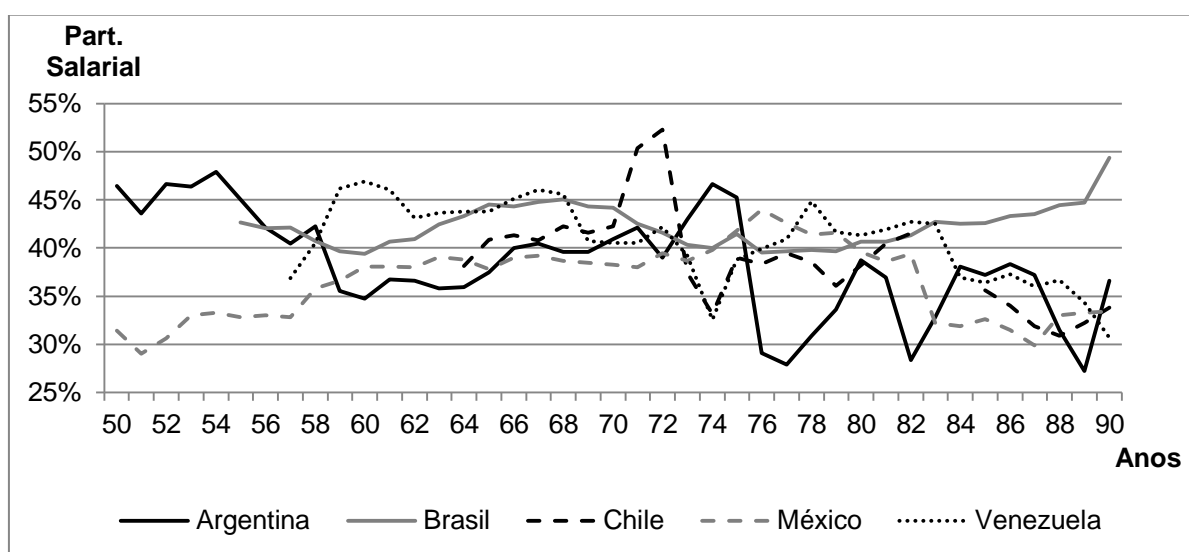
A América Latina é uma região heterogênea, os países apresentam diferentes dimensões territoriais, os países analisados possuem quase 75% da extensão territorial da região, assim como a composição étnica e climática. Os recursos naturais estão distribuídos desigualmente, o que explicam uma variedade das pautas de exportação – Venezuela e México possuem 85% das reservas conhecidas de petróleo, o Chile é o principal produtor de cobre seguido pelo Brasil com a bauxita e ferro (CARDOSO e HELWEGE, 1993).

Vastas diferenças físicas e culturais distinguem os países latino-americanos, contudo estes são analisados sobre o conceito de América Latina devido a sua

formação histórica – em que os países encontram-se unidos pela língua, religião, cultura, base burocrática e a experiência posterior à sua independência – de fato a colonização espanhola e portuguesa deixou uma herança comum, tanto no sentido cultural quanto econômica.

“No século XX, os países latino-americanos seguiram políticas econômicas semelhantes” (CARDOSO e HELWEGE, 1993, p. 19). Entre as décadas de 50 e 70, os países adotaram políticas de industrialização baseada na substituição de produtos importados, tentando quebrar sua dependência da exportação de produtos primários (BIELSCHOWSKY, SILVA e VERNENGO, 2013). Este período apresentou altas taxas de crescimento econômico das economias latino-americanas, assim como um aumento da participação salarial sobre a renda gerada por essas economias (ver Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1: Participação salarial na renda dos países



Fonte: Banco Central da Venezuela (2013), Graña (2007), Laos (2010), Marquetti e Foley (2011), Marquetti e Porsse (2014).

Contudo, o choque do petróleo em 73 levou aos países latino-americanos a depender profundamente do crédito externo. Devido à liquidez internacional – gerada pelos petrodólares – os países importadores de petróleo, notadamente a Argentina, o Brasil e o Chile, assumiram empréstimos para realizarem os ajustes na economia tendo como aposta uma visão de alta não duradoura do preço do barril de petróleo. Os países exportadores de petróleo, notadamente México e Venezuela, sentiram-se encorajados a tomar empréstimos com base no seu petróleo (CARDOSO e HELWEGE, 1993; BIELSCHOWSKY, SILVA e VERNENGO, 2013).

Os fatores essenciais ao surgimento da crise da dívida externa se tornaram visíveis entre 1979 e 1981. Com o segundo choque de petróleo, em 79, aliado a progressiva alta das taxas de juros internacionais (ver Tabela 1), os Estados Unidos e os países da OECD¹² adotaram políticas restritivas ao crédito, fazendo com que a América Latina encontrasse dificuldades no refinanciamento de sua dívida externa, terminando por sua insolvência a partir de 82.

Tabela 1: Taxas de juros internacionais

Ano	U.S. prime rate termos reais	LIBOR (Londres) termos reais
1974	-2,2	-1,9
1975	-2,9	-3,1
1976	-1,3	-2,0
1977	-1,4	-1,8
1978	1,7	1,1
1979	3,2	2,6
1980	3,0	2,0
1981	8,1	6,0
1982	6,8	5,3
1983	5,5	4,6
1984	6,9	6,1

Fonte: Retirado de Cardoso e Helwege (1993).

A década de 80 caracterizada pelo problema da dívida externa dos países latino-americanos (crise da dívida), os países apresentaram fraco desempenho econômico, com uma redução de sua participação salarial na renda gerada (ver Gráfico 1.1).

Sobre os motivos do endividamento, a partir da análise realizada por Cardoso e Helwege (1993), podemos identificar duas situações entre os devedores latino-americanos. A primeira, incluindo Brasil, México e Chile, seria o grupo dos países que assumiram empréstimos para financiar o excesso de importações e que após 82, os governos adotaram políticas de depreciação cambial e política monetária e

¹² Sigla para *Organisation for Economic Co-operation and Development*.

fiscal restritiva de modo a produzir superávits na balança comercial. A segunda situação, incluindo Argentina e Venezuela, seria do grupo de países que tomaram dinheiro emprestado para financiar a evasão de capital, uma vez que esses países não tinham incorrido em altos déficits comerciais nos anos 70 (CARDOSO e HELWEGE, 1993). A Tabela 2 apresenta o saldo líquido de exportações que os países apresentaram entre 1970 e 1989, em que vemos a inversão dramática das exportações líquidas no Brasil, Chile e México.

Tabela 2: Exportações líquidas de bens e serviços

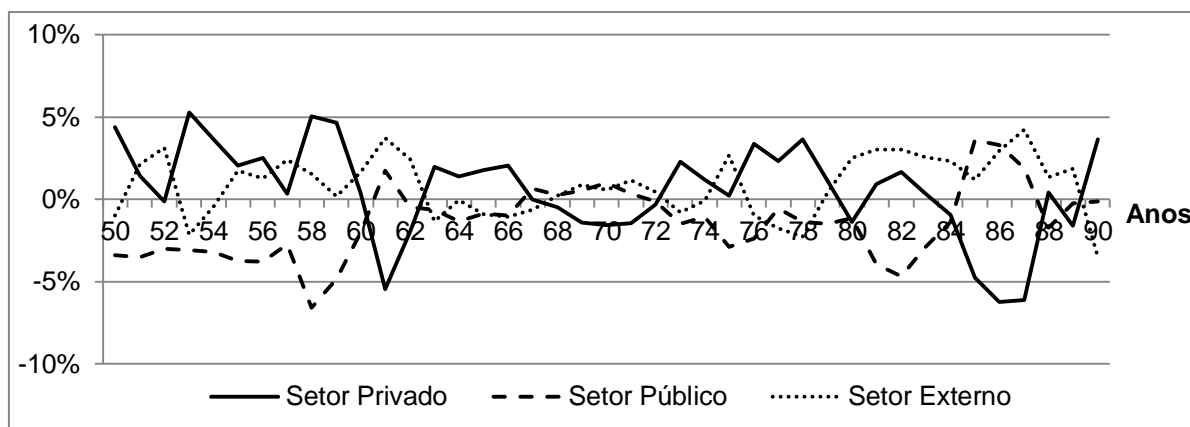
País	Anos (Valores médios em relação ao PIB)									
	70-71	72-73	74-75	76-77	78-79	80-81	82-83	84-85	86-87	88-89
Argentina	0,02	1,52	0,33	3,75	2,08	-1,75	3,01	4,15	1,07	4,87
Brasil	-1,08	-1,38	-4,71	-1,53	-1,64	-1,31	0,95	5,84	2,98	4,52
Chile	-0,18	-2,68	-0,65	1,26	-3,09	-7,18	0,45	1,01	2,96	5,80
México	-1,95	-0,92	-1,61	-2,05	-0,24	-1,11	-2,40	7,30	6,45	5,01
Venezuela	5,41	6,46	16,33	-3,17	-5,59	7,03	3,91	10,77	-0,24	3,05

Fonte: CEPAL (2009), IMF (2015), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

É de se esperar uma redução de crescimento na década de 80 nesses países, uma vez que políticas econômicas restritivas, e a receita de exportações não sendo convertida em investimento, implicarão em crescimento lento, com efeito negativo sobre a renda e emprego.

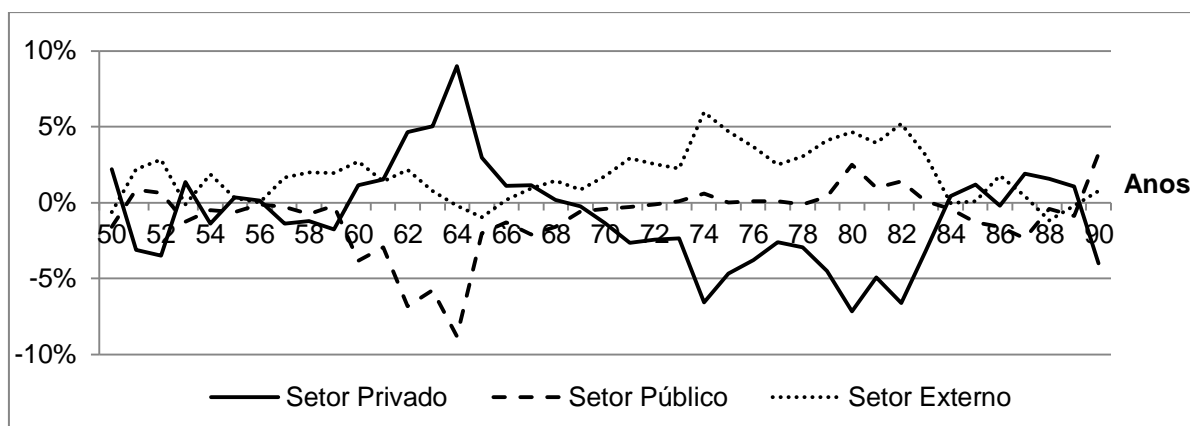
4.2. Argentina, Brasil, Chile e México

Gráfico 1.2: Balanços setoriais - Argentina



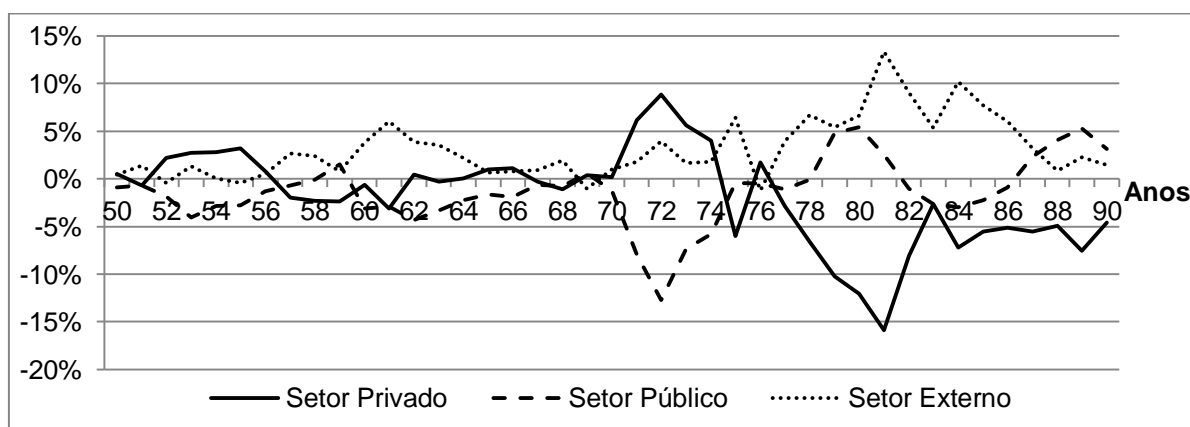
Fonte: CEPAL (2009), Graña (2007), IMF (2015), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

Na primeira década argentina (ver Gráfico 1.2), observamos um setor público majoritariamente deficitário e um setor privado superavitário. Dentro do setor privado, o setor corporativo permaneceu na posição de acúmulo de riqueza, enquanto as famílias gastavam mais do que possuíam de renda (ver Tabela 3), em parte este consumo das famílias foi financiado por um aumento de seus salários (na primeira metade da década), e financiado por dívida devido a crescente queda da participação salarial (ver Gráfico 1.1). Os períodos de 61-70 e 71-80 apresentam uma economia puxada pelo crescimento do consumo das famílias, caracterizado por menores pressões no endividamento das famílias devido a um crescimento de suas rendas até meados da década de 70. Na última década – caracterizada pela crise da dívida externa dos países latino-americanos – a Argentina apresenta resultados negativos para o crescimento do produto, as famílias aumentam seu consumo mediante endividamento (ver Tabela 3).

Gráfico 1.3: Balanços setoriais - Brasil

Fonte: CEPAL (2009), IMF (2015), Marquetti e Porsse (2014), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

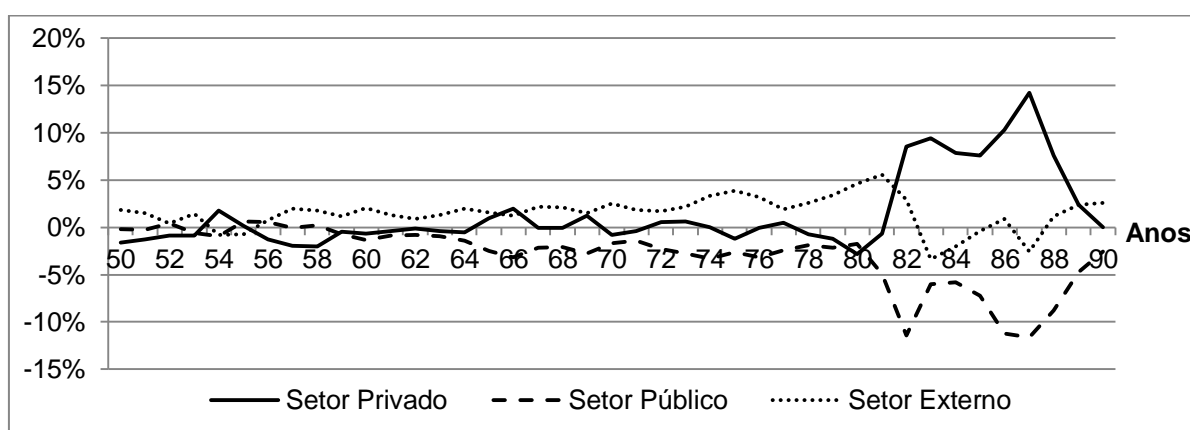
O Brasil durante as 4 décadas apresentou características do perfil de crescimento via consumo das famílias financiado via aumento do endividamento das famílias (ver Tabela 3), uma vez que houve uma relativa estabilidade no nível da participação salarial sobre a renda (ver Gráfico 1.1). A década de 60 é caracterizada por um período em que o setor privado acumulou riqueza enquanto o setor público exercia altos déficits orçamentários. Na década seguinte, observamos um setor privado negativo, devido ao alto déficit das famílias, com altas taxas de importação (setor externo positivo). Ao estourar a crise da dívida, vemos que o setor privado rapidamente se torna superavitário e o setor externo enfrenta a fuga de capitais, com o setor público tendo a estabilizar a economia aceitando déficits crescentes em seu resultado orçamentário (ver Gráfico 1.3).

Gráfico 1.4: Balanços setoriais - Chile

Fonte: CEPAL (2009), IMF (2015), Marquetti e Foley (2011), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

O Chile também apresentou o perfil via consumo das famílias em todas as décadas, e foi o país que menos sentiu os efeitos da crise da dívida na América Latina, mantendo boas taxas de crescimento durante este período (ver Tabela 4). Dois são os períodos que se destacam na análise dos balanços, um após a crise do petróleo de 73 e outro no fim da década de 70 e início da década de 80. No primeiro vemos um rápido movimento do setor privado se tornando superavitário e o governo fazendo o ajuste da economia mediante altos déficits, no segundo o setor privado se encontra com altas taxas de déficits em seu balanço, não só devido ao grande gasto das famílias, mas também na diminuição dos lucros do setor corporativo e sua alocação em investimento privado (ver Gráfico 1.4).

Gráfico 1.5: Balanços setoriais - México



Fonte: CEPAL (2009), IMF (2015), Laos (2010), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

Por fim, o México também se encontra no perfil de crescimento via consumo das famílias. Forte crescimento econômico, forte contribuição do consumo das famílias, uma constante taxa de contribuição do investimento (ver Tabela 4) e o déficit das famílias sendo financiado cada vez mais por uma participação da renda crescente (ver Gráfico 1.1). Até antes do período da moratória mexicana (1982), percebemos uma relativa estabilidade dos setores, o setor privado oscilando em períodos de superávits e déficits, o setor externo constantemente positivo e o setor público majoritariamente em déficit ao longo do tempo. No ano da moratória percebemos um rápido incremento no superávit privado (ocasionado pelo setor corporativo), e o cessamento de entrada de capitais no país, sobrando ao setor público o ajuste mediante altos índices de endividamento (ver Gráfico 1.5).

Tabela 3: Variáveis macroeconômicas para Argentina e Brasil

	Argentina				Brasil			
	51-60	61-70	71-80	81-90	51-60	61-70	71-80	81-90
Setor Externo (% do PIB)	1,14	0,38	0,12	1,90	1,54	0,83	3,63	1,40
Setor Público (% do PIB)	-3,65	-0,01	-1,22	-0,62	-0,61	-3,23	0,33	-0,12
Setor Privado (% do PIB)	2,51	-0,37	1,10	-1,27	-0,93	2,40	-3,96	-1,28
Setor das Famílias (% do PIB)	-30,17	-29,56	-24,60	-36,01	-29,16	-24,89	-28,45	-21,26
Setor Corporativo (% do PIB)	32,68	29,20	25,70	34,74	28,70	27,29	24,49	19,99
Taxa de crescimento real do PIB (em %)	3,08	4,41	2,60	-1,04	6,77	5,54	8,77	1,66
Taxa de contribuição ao crescimento da Demanda Doméstica (em %)	3,09	4,05	3,35	-1,66	6,84	5,19	8,71	0,62
Taxa de contribuição ao crescimento do Consumo Privado (em %)	1,55	3,04	2,14	0,31	5,01	3,56	5,68	1,12
Taxa de contribuição ao crescimento do Consumo do Governo (em %)	0,25	0,07	0,33	-0,51	0,94	0,54	0,86	0,17
Taxa de contribuição ao crescimento da FBCF (em %)	1,29	0,93	0,88	-1,46	0,90	1,09	2,17	-0,67
Taxa de contribuição ao crescimento da Balança Comercial (em %)	-0,12	0,24	-0,57	0,98	-0,29	0,21	0,01	0,85
Saldo líquido da balança comercial (% do PIB)	-0,96	0,57	1,27	3,07	-0,45	0,04	-2,25	3,00

Fonte: CEPAL (2009), Graña (2007), IMF (2015), Marquetti e Porsse (2014), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

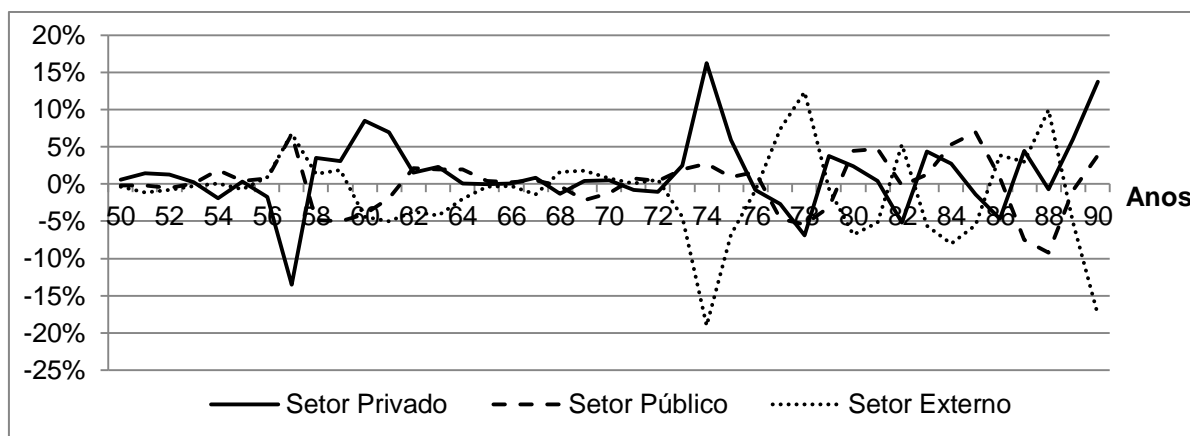
Tabela 4: Variáveis macroeconômicas para Chile e México

	Chile				México			
	51-60	61-70	71-80	81-90	51-60	61-70	71-80	81-90
Setor Externo (% do PIB)	1,21	2,00	3,71	5,95	0,95	1,66	2,86	0,72
Setor Público (% do PIB)	-1,59	-1,83	-2,57	0,77	-0,21	-1,84	-2,38	-7,42
Setor Privado (% do PIB)	0,38	-0,17	-1,14	-6,72	-0,74	0,18	-0,48	6,71
Setor das Famílias (% do PIB)	...	-28,14	-21,32	-20,95	-45,25	-34,62	-28,10	-32,91
Setor Corporativo (% do PIB)	...	28,33	20,17	13,79	44,51	34,79	27,63	39,61
Taxa de crescimento real do PIB (em %)	3,65	4,26	2,81	3,14	6,13	7,04	6,62	1,88
Taxa de contribuição ao crescimento da Demanda Doméstica (em %)	4,37	3,85	2,02	2,88	5,77	7,05	6,72	1,43
Taxa de contribuição ao crescimento do Consumo Privado (em %)	3,34	2,74	1,41	1,78	4,35	4,72	4,22	1,26
Taxa de contribuição ao crescimento do Consumo do Governo (em %)	0,55	0,50	0,40	0,01	0,30	0,63	0,80	0,29
Taxa de contribuição ao crescimento da FBCF (em %)	0,48	0,62	0,20	1,09	1,13	1,70	1,70	-0,12
Taxa de contribuição ao crescimento da Balança Comercial (em %)	-0,66	-0,40	0,67	0,87	-0,30	0,43	-0,40	1,41
Saldo líquido da balança comercial (% do PIB)	0,33	-0,20	-1,55	1,35	-1,37	-1,17	-1,28	3,33

Fonte: CEPAL (2009), Laos (2010), IMF (2015), Marquetti e Foley (2011), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

4.3. Venezuela

Gráfico 1.6: Balanços setoriais - Venezuela



Fonte: Banco Central da Venezuela (2013), CEPAL (2009), IMF (2015), Marquetti e Foley (2011), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

Na primeira década venezuelana podemos caracterizá-la como perfil de crescimento via consumo das famílias, contudo as outras três remanescentes se confundem com outro perfil de crescimento, o crescimento via exportação. O setor público tem pouco peso no papel de estabilidade entre os setores, o equilíbrio encontra-se quase que inteiramente entre o setor externo e privado. O setor externo apresenta uma balança comercial em média superavitária – por exemplo, déficit na balança financeira do setor externo – assim como um superávit na balança financeira do setor privado (ver Tabela 5). O nível salarial apresenta dois períodos de queda, um iniciado no fim da década de 60 e terminando em meados da década de 70 e outro iniciado a partir da década de 80 (ver Gráfico 1.1). Pela análise dos balanços (ver Gráfico 1.6) percebemos um padrão dos setores em determinados momentos – com intensidades variáveis. Percebemos períodos em que o setor corporativo acumulou recursos provenientes de uma balança comercial favorável, e logo em seguida reverte o fluxo enviando recursos ao exterior via transferências e consumindo os lucros em bens e serviços de importação, causando uma balança comercial deficitária. As décadas de 60 e 80 podem ser enquadradas no perfil de crescimento via exportação, com o setor corporativo ficando deficitário devido ao envio de recursos ao exterior, enquanto na década de 70, podemos caracterizá-la como uma mescla entre o modelo de exportação e de consumo via endividamento das famílias.

Tabela 5: Variáveis macroeconômicas para Venezuela

	Venezuela			
	51-60	61-70	71-80	81-90
Setor Externo (% do PIB)	0,36	-1,28	-1,82	-2,49
Setor Público (% do PIB)	-0,50	0,15	-0,03	0,51
Setor Privado (% do PIB)	0,13	1,13	1,86	1,98
Setor das Famílias (% do PIB)	-14,91	8,80	-8,06	7,17
Setor Corporativo (% do PIB)	15,04	-7,66	9,91	-5,19
Taxa de crescimento real do PIB (%)	7,90	5,99	4,17	0,74
Taxa de contribuição ao crescimento da Demanda Doméstica (em %)	6,37	4,19	6,68	-0,50
Taxa de contribuição ao crescimento do Consumo Privado (em %)	3,51	2,80	3,88	0,50
Taxa de contribuição ao crescimento do Consumo do Governo (em %)	1,75	0,62	1,03	0,25
Taxa de contribuição ao crescimento da FBCF (em %)	1,11	0,77	1,78	-1,25
Taxa de contribuição ao crescimento da Balança Comercial (em %)	-1,05	0,17	-2,17	1,31
Saldo líquido da balança comercial (% do PIB)	8,11	10,36	4,25	6,01

Fonte: Banco Central da Venezuela (2013), CEPAL (2009), IMF (2015), Marquetti e Foley (2011), World Bank (2015), United Nations (2014) e cálculos do autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar a interação dos setores que compõem a economia nos países latino-americanos, e identificar os perfis de crescimento – e, portanto de acumulação de riqueza – que caracterizaram estas economias durante o período do pós-guerra (anos 50) até o fim da década de 80 (1990), em que as duas primeiras décadas possuem como característica um período de forte crescimento econômico com aumento da participação da renda desses países e as duas últimas décadas, sendo caracterizadas por períodos de crises – em 70, as duas crises do petróleo e em 80 em geral, a crise da dívida externa da América Latina – com uma queda em quase todos os países da participação da renda.

A partir do entendimento de que o princípio da demanda efetiva é um processo decorrente da dinâmica das economias capitalistas, determinamos os fluxos de gastos realizados por estas economias que resultam no crescimento da renda do país e conseqüentemente na acumulação de riqueza. Os balanços setoriais se equilibram entre si, sua principal função é nos informar qual o setor que estará acumulando riqueza.

Argentina, Brasil, Chile e México mesmo apresentando divergências pontuais e de intensidade em seus indicadores, possuem o mesmo perfil de crescimento econômico, crescimento via consumo das famílias. Na Argentina, mesmo os balanços apresentando um padrão bastante volátil no equilíbrio, durante todo o período o país manteve o perfil de crescimento, variando no grau de endividamento das famílias com um setor privado acumulador de riqueza. No Brasil, o equilíbrio dos balanços setoriais ocorre entre o setor público e privado na década de 60, setor externo e privado na década de 70 e retorna ao setor público e privado após a ocorrência da crise da dívida. O equilíbrio dos balanços mexicanos apresenta estabilidade nos setores até a crise da dívida mexicana em 82, quando ocorre o cessamento das divisas ao país, o setor privado rapidamente se torna poupador e o setor público tendo de realizar déficits para manter o equilíbrio.

A Venezuela, com exceção da primeira década de análise, em que podemos caracterizá-la no perfil de crescimento via consumo das famílias, os outros períodos se confundem entre o perfil via consumo das famílias e via exportação. Uma característica observada no padrão venezuelano foi que o setor corporativo

acumulou recursos provenientes de uma balança comercial favorável, e logo em seguida, reverte o fluxo enviando recursos ao exterior via transferências e consumindo os lucros em bens e serviços de importação, causando uma balança comercial deficitária. Esse padrão é perceptível principalmente após a crise do petróleo de 73.

Deste modo, podemos concluir que o perfil de crescimento adotado pelos países durante o período do pós-guerra (anos 50) até o fim da década de 80 (1990), foi o crescimento via consumo das famílias mediante aumento de seu endividamento. A exceção fica a cargo da Venezuela que devido a sua característica de país exportador de petróleo, conseguiu alterar ou mesclar este padrão dominante com o perfil de crescimento via exportações, principalmente em momentos de volatilidade do cenário internacional.

6. REFERÊNCIAS

BCV. Capítulo I - Producto y gasto interno bruto, relación entre la oferta y la demanda de bienes y servicios. **Series Estadísticas de Venezuela (1940-1999)**, Caracas, 2013. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/cuadros/series/series.asp>>. Acesso em: 20 Outubro 2015. (Banco Central de Venezuela).

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Depois da queda**: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIELSCHOWSKY, B.; SILVA, C. E. S.; VERNENGO, M. Visão de conjunto. In: BIELSCHOWSKY, B. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), v. 1, 2013. p. 21-78.

CARDOSO, E.; HELWEGE, A. **A economia da América Latina**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CARVALHO, F. C. Fundamentos da escola pós-keynesiana: A teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. J. **Ensaio sobre economia política moderna**: Teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 179-194.

CEPAL. América Latina y el Caribe: Series históricas de estadísticas económicas 1950-2008. **CEPAL**, 2009. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/cuaderno_37/index.htm>. Acesso em: 15 Outubro 2015. (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cuaderno 37).

ECB. The financial crisis in the light of the Euro area accounts: A flow-of-funds perspective. **Monthly Bulletin**, p. 99-120, Outubro 2011. (European Central Bank).

GRAÑA, J. M. Distribución funcional del ingreso en la Argentina 1935-2005. **Documentos de Trabajo**, Buenos Aires, n. 8, Diciembre 2007. (Centro de Estudios sobre Población, Empleo y Desarrollo).

IMF. World Economic Outlook. **IMF**, Outubro 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>>. Acesso em: 20 Outubro 2015. (International Monetary Fund).

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. Tradução de Paulo de Almeida. Os Economistas 1ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Versão Original de 1954).

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. Os Economistas 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Versão Original de 1936).

LAOS, E. H. Políticas de estabilización y ajuste y distribución funcional del ingreso en México. **Revista Comercio Exterior**, México, D.F., Febrero 2010.

MARQUETTI, A.; FOLEY, D. Extended Penn World Tables. **Duncan Foley's Homepage**, Agosto 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/EPWT>>. Acesso em: 20 Outubro 2015.

MARQUETTI, A.; PORSSE, M. Patrones de progreso técnico en la economía brasileña, 1952-2008. **CEPAL Review**, v. 113, p. 61-78, 2014.

POSSAS, M. L. **A dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POSSAS, M. L. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: A atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. In: POMERANZ, L.; MIGLIOLI, J.; LIMA, G. T. **Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo**: Homenagem a M. Kalecki. São Paulo: EdUSP, 2001. p. 99-126.

RITTER, L. W. An Exposition of the structure of the flow-of-funds accounts. **The Journal of Finance**, v. 18, n. 2, p. 219-230, Maio 1963.

ROBJOHNS, J. Annual chain-linking. **Economic Trends**, n. 512, p. 22-26, 2006.

SILVA, A. C. M. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese de doutorado.

TUKE, A.; REED, G. The effects of annual chain-linking on the output measure of GDP. **Economic Trends**, n. 575, p. 37-53, Outubro 2001.

TWB. World Development Indicators. **World DataBank**, 2015. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&type=metadata&series=SI.POV.GINI>>. Acesso em: 15 Outubro 2015. (World Bank).

UNSTATS. National Accounts Main Aggregates Database. **United Nations**, 2014. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/snaama/introduction.asp>>. Acesso em: 15 Outubro 2015. (United Nations Statistics Division).

ZEZZA, G. Fiscal policy and the economics of financial balances. **The Levy Economycs Institute of Bard College**, Junho 2009. (Working Paper nº 569).